

Não atrapalhem

» OTÁVIO SANTANA DO RÉGO BARROS
General de Divisão do Exército

Morei algumas vezes na cidade do Rio de Janeiro — a maravilhosa — e tenho ótimas recordações desses períodos que a vida profissional concedeu a mim e a minha família. Gostávamos de ir ao teatro. Quando o tempo permitia, elegíamos uma peça em cartaz e fazíamos o programa cultural de fim de semana. O da Gávea estava entre os preferidos. Apreciávamos o trabalho dos artistas que subiam ao palco solitariamente e se submetiam ao crivo da atenta plateia daqueles espetáculos. Monólogos exigem muito dos intérpretes. Demanda atenção dobrada nos ensaios e na execução do texto. Os sucesso ou fracasso está ligado à capacidade de entrar, sem pedir licença, na mente e no coração de seus ouvintes. Alcançar isso é uma arte. Se um indivíduo possui esse dom e se propõe a usá-lo em benefício da sociedade, emoldure-o, eis um líder inspirador.

Essa liderança pode abarcar vários setores da vida humana (artistas, empresários, religiosos, militares, cientistas, professores ... e até políticos). Diante do que se assiste pela imprensa, tratar do comportamento dos políticos passa a ser uma catarse. O desafortunado momento de crise sanitária aguda, a lembrança afetiva de monólogos teatrais e a leitura de um pequeno trabalho do Yuval Harari: “Na batalha contra o coronavírus, faltam líderes à humanidade” me fizeram retomar o tema liderança.

A propósito, hoje (27 de abril), após lamentável crise de liderança e gestão dos governantes,

inicia-se a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, sob a batuta do Senado Federal. A sociedade espera efetividade! Para a sorte da humanidade, alguns países com habilidosos “condottiers” estão enxergando a planície além do cimo da montanha. A vastidão plana e descortinada à frente está semeada de boas expectativas.

Outros países, lastimosamente, não. Nesses rincões, a complexidade da pandemia transformou os detentores do poder em vigias sonolentos de faróis marítimos apagados durante uma tempestade bravia. Para esses mandatários, o poder afrodisíaco (expressão cunhada por Henry Kissinger) parece ter-lhes inebriado a ponto de escancarar suas insensibilidades morais. Serão responsabilizados pelo naufrágio dos navios que se chocarem nos arrecifes pontiagudos durante a borrasca.

No texto, Harari defende que o verdadeiro antídoto para epidemias é a cooperação e que a melhor defesa contra os patógenos é a informação. Informação que precisa ser gerada por especialistas confiáveis e difundida por atores qualificados.

Atores que, como em um monólogo de sucesso, precisam entrar sem pedir licença no imaginário de seus ouvintes, seguidores ou não. O público, mesmo o mais humilde, consegue entender nuances se apresentadas com honestidade.

Em seu livro *Dez lições para o mundo pós-pandemia* (Intrínseca, 2020), o jornalista Fareed Zakaria cita o Brasil como antiexemplo de combate à pandemia. A

razão, alega ele, alguns de seus dirigentes questionarem abusivamente as recomendações dos agentes de saúde e, em alguns casos, se recusarem a acatá-las. Uma questão de mau exemplo. Isso dificultou o enfrentamento do assombroso desafio que teima em não ceder.

Com os números de mortes e infecções crescendo e gritando impiedosamente nos ouvidos da população, vamos precisar envolver mais especialistas para administrarem as questões pandêmicas sem viés ideológico. Atribua-se à ciência o dever de proteger a humanidade.

Como aremata Zakaria, ao avaliar as lideranças mundiais, a alternativa impensável na era moderna é: “Governar por instinto e celebrar a ignorância. Até onde isso foi tentado recentemente os resultados foram desanimadores”.

O próximo monólogo sobre a existência humana, seja qual for o teatro ou ator principal, deverá trazer ao respeitável público uma mensagem de equilíbrio, baseada no conhecimento provado dos especialistas e na necessidade de sobreviver da maioria das pessoas. Essas, aceitando as orientações, aqueles, escutando com humildade as tribulações da massa.

Infere-se, da profusão de estudos acadêmicos, que outras pandemias se farão presentes no caminho da humanidade. Precisaremos acender as luzes dos faróis. Os faroleiros, se não quiserem ajudar, que não atrapalhem!

Paz e Bem!

Tempos muito estranhos

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

Índios brasileiros se manifestaram nos últimos dias a respeito da política de preservação do meio ambiente no país. Todos foram unânimes na crítica ao governo. Tiroteio pesado. Mas ninguém viu manifestação alguma dos índios norte-americanos que foram derrotados, derrotados, humilhados e vivem hoje dentro de reservas. Nem entrevistaram Ted Turner, empresário importante, criador da CNN, ex-marido da Jane Fonda, que é o maior criador de bisões nos Estados Unidos. O animal era a proteína básica na alimentação dos nativos. A cavalaria, sob o comando do general Sherman, dizimou os animais para vencer a guerra contra Touro Sentado (Sitting Bull) e Cavalão Doido (Crazy Horse).

A Cúpula do Clima, organizada pelo presidente Joe Biden, foi imaginada como um lance de propaganda, combinada com ações de política externa. O chefe do governo dos Estados Unidos recuperou a iniciativa da defesa do meio ambiente em todo o mundo, recolocou o país no Acordo de Paris e passou a pedir maior colaboração de diversos países, entre eles o Brasil, com seu eterno problema chamado Amazônia. É fácil falar da floresta tropical. Ela é enorme, mais de cinco milhões de quilômetros quadrados. Praticamente a Europa Ocidental inteira cabe naquele espaço. Colocar três mil soldados para defender as árvores é iniciativa ridícula. Há enorme desproporção entre a realidade e a tímida tentativa de defender o verde.

O presidente Bolsonaro cumpriu seu papel no encontro de boas intenções ambientais. Ler o texto escrito por diplomatas profissionais facilitou as coisas. Ele falou o que Biden queria ouvir. Não provocou representantes de outros países, não deu conselhos, mas quase genuflexo, humilde, alertou seus colegas de que precisaria de dinheiro para poder cuidar da floresta. Nem especificou a quantia, mas o ministro Ricardo Salles avançou a pedido: um bilhão de dólares suficientes para formar milícias — sempre elas — destinadas a combater o contrabando e a derrubada ilegal de madeira.

O Brasil apareceu ao mundo de chapéu na mão. Mendigo internacional. A Amazônia não merece tamanho desprezo, nem humilhação desse tamanho. Empresários norte-americanos, do porte de Henry Ford e Daniel Ludwig, desmataram à vontade. Criaram projetos fabulosos, faraônicos, enlouquecidos e terminaram por criar enormes favelas na maior floresta tropical do mundo. No Amapá, uma empresa multinacional esburacou a Serra do Navio. Quando o minério acabou, os técnicos foram embora, os investidores sumiram. Deixaram o buraco. É uma discussão esquisita. De repente, o presidente dos Estados Unidos passa a fazer esforço pela defesa do meio ambiente.

A reconversão talvez se explique como expiação da culpa por ter jogado duas bombas atômicas contra população civil, Hiroxima e Nagasaki, em agosto de 1945. Curioso é que os chamados intelectuais brasileiros dirigiram carta a Joe Biden sugerindo que ele não se entenda com Bolsonaro. Não sei qual é o grau de importância da missiva junto ao presidente dos Estados Unidos. Mas é uma claríssima demonstração de espírito colonizado. Reclamar no Reino sobre os malfeitos produzidos pelo governante da província. A atitude é fazer corar frade de pedra. O presidente não perdeu tempo. Cortou no Orçamento federal verbas essenciais na área do meio ambiente. Com uma penada, desmentiu o pronunciamento. Não é razoável escrever o que ele diz.

Mas a nuvem tóxica que paira sobre o Brasil provoca reações inesperadas, completamente fora da curva. O Supremo Tribunal Federal tem produzido cenas formidáveis, debates violentos, agressivos, que geraram hermenêutica inesperada. Depois de cinco anos da tramitação dos processos contra o ex-presidente Lula, os ministros descobriram que a ação não poderia ter começado em Curitiba. Dito isso, anularam todos os atos. E livraram o ex-presidente das acusações. Tudo vai começar de novo. Não bastasse essa estranhíssima decisão, o ministro Ricardo Lewandowski afirmou que a Operação Lava-Jato provocou o desmantelamento de importantes setores da economia brasileira, como petróleo e gás, indústria naval, construção civil, metal mecânica, engenharia pesada, programa nuclear, além de prejuízos vultosos e desemprego em larga escala. Até as gravações feitas por hackers devem ser consideradas, embora tenham sido obtidas por meio ilícito. Ou seja, o combate à corrupção prejudicou o país. Não a corrupção em si. O ministro Roberto Barroso disse, olhando para as câmeras da TV Justiça, que seu colega acha que o crime compensa.



Pandemia e gestão pública

» NELSON MISSIAS DE MORAIS
Desembargador, ex-presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG)

O agravamento das consequências da pandemia no Brasil, incluindo Minas Gerais, nas últimas semanas, deixou evidente para nossa população a indispensabilidade de contarmos com gestores públicos comprometidos, em primeiro lugar, com os interesses e as necessidades da população, para muito além de eventuais compromissos ideológicos ou de protagonismo.

Já não há dúvidas de que os escabrosos resultados de agora — mais de 380 mil mortes em todo o país e aproximando-se da imoral cifra de meio milhão — seriam mitigados significativamente, se não tivessem ocorrido tantos e tão graves erros de condução desde o início da pandemia. É certo que a pandemia da covid 19 surpreendeu a todos em seu início, incluindo a ciência, e houve momentos de perplexidade e de indefinições. Mas, passado esse primeiro impacto, logo foi possível delinear que o caminho a seguir era a indicação científica e a meta exclusiva deveria ser a de preservar vidas.

Lembro-me de que estava à frente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em março de 2020, e também sofremos com a perplexidade e a indefinição iniciais. Mas, logo nos reunimos com a equipe de direção, ouvimos nossos profissionais da área de saúde e optamos pelo caminho que nos pareceu ade-

quado, mesmo nos submetendo a críticas e desconfianças: suspender as atividades presenciais no limite do possível, de modo a preservar vidas.

Resumi meu pensamento e sentimento a respeito ao participar de uma aula virtual com a Monja Cohen, lembrando Fernando Pessoa: “A atitude intelectual digna de uma pessoa superior é a de uma calma e fria compaixão por tudo quanto não é ele próprio. Não que essa atitude tenha o mínimo cunho de justa e verdadeira; mas é tão invejável que é preciso tê-la”. A aula foi proferida para jovens magistrados, já em plena pandemia, e, na ocasião, exortei os novos juízes a “exercer nossa jurisdição com sensibilidade e compaixão”.

Sensibilidade e compaixão. Foram as senhas que nos guiaram e nos induziram a tomar decisões seguindo a ciência, priorizando a vida e ignorando eventuais discordâncias de ordem ideológica ou de qualquer outra ordem.

Gestores erram, é claro; gestores públicos talvez estejam sujeitos a erros maiores e mais frequentes, pela diversidade das pressões a que estão permanentemente submetidos, quer as de ordem política, quer as de natureza econômica ou de qualquer outra origem. Tais erros — se é que se podem ser chamados assim — são inteiramente assimiláveis,

ainda que nem sempre desculpáveis.

O que não se pode admitir no gestor público, todavia, é o direcionamento equivocado de decisões, por força de compromissos ideológicos mal disfarçados ou pela ânsia de um protagonismo midiático, ainda que efêmero, tão em voga na era das redes sociais.

Longe de mim pretender ser paradigma de comportamento ou tutelar gestões, mas a angústia que temos vivido em nossos lares com a sucessão de notícias desoladoras de mortes de familiares e amigos me levou a tornar públicas tais reflexões. Meu desejo é que elas não sejam vistas como mero desabafo, mas como alerta de alguém que tem responsabilidades públicas e está inconformado com tantas perdas humanas em tão pouco tempo, sabendo que muitas delas poderiam ter sido evitadas.

A pandemia não está no fim, embora comecem a surgir indicadores de melhora ou, pelo menos, de estabilidade e, portanto, é tempo ainda para que nossos gestores públicos, em todos os níveis e poderes, se compenetrem sempre mais da missão que lhes cabe, que é a de preservar vidas. Nessa hora, sensibilidade e compaixão dizem muito mais do que ideologia e protagonismo.